

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO SEBASTIÃO DO CAÍ



REQUERIMENTO

O Vereador abaixo assinado,
considerando o empenho que está sendo desenvol-
vido pelo Governador do Estado, Dr. Alceu Collares, contra a
desproporção da representatividade política dos Estados federa-
dos no Congresso Nacional,

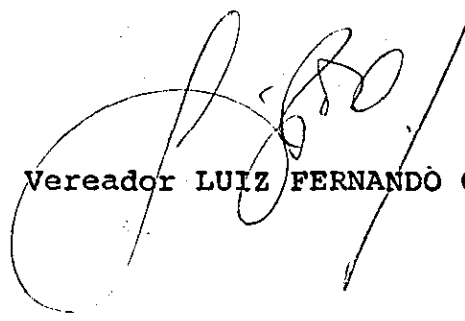
considerando os elementos informativos anexos,
em que se enfocam, com detalhes, os aspectos essenciais do pro-
blema,

PROPÕE que, ouvida a Casa, sejam expedidas men-
sagens de apoio à posição assumida pelo Sr. Governador, dirigi-
das aos Exm^{as}. Srs. Presidente da Câmara dos Deputados e Presi-
dente do Senado da República.

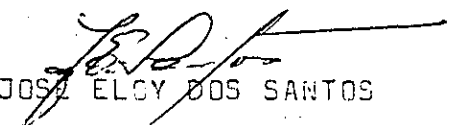
E que, aprovada a manifestação, isto seja leva-
do ao conhecimento do Sr. Governador Collares.

Requer, finalmente, que este requerimento seja
discutido e votado em caráter de urgência, nos termos do arti-
go 91, §§ 1º e 2º do Regimento Interno.

Sala das Sessões, 26 de novembro de 1992.


Vereador LUIZ FERNANDO ODERICH

APROVADO POR UNANIMIDADE
Em sessão de 26.11.1992.


Vereador JOSÉ ELCY DOS SANTOS
Presidente

OPINIÃO



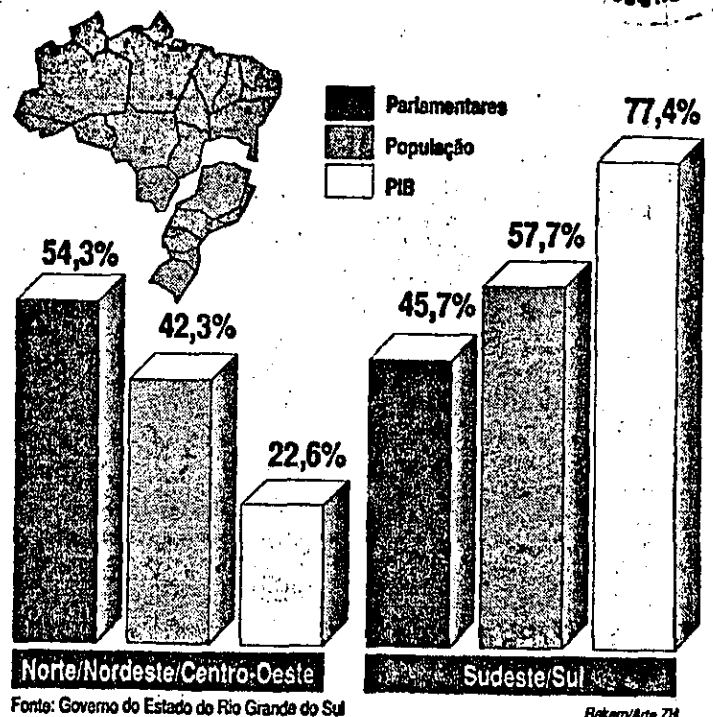
Serviço mento

que não lhe são
ora pela ingerência
ra por uma
do regulamentadora a
sestimular, quando
edear
dimentos privados.
dência, que retardou
ento da imprensa até
s do século 19 e que
tiu o surgimento de
lades na década de
entuou, no período
no, com a
los regimes
ários. Sua mais
lorescência data de
o autoritarismo de
idos com a
ia. É ela a matriz de
ção incontrollável,
s públicos
los, do monumental
mento externo.
esse o papel do
admitte-se sua
ão em áreas
as, ou em setores
a livre empresa não
no investir, ainda
prazo limitado.
que ocorre no Brasil,
anecem sob
al hotéis,
usinas de leite,
de álcool e até
e futebol. O
plicado nesses
enduricalhos do
é o que falta para
escolas e postos de
mover o
o básico, equipar a
mais se assimilou
o conceito de
gundo o qual
o governo não
os empresários já
endo, mas fazer
ninguém tenha
le fazer.
o temos um Estado
e sua função de
crescimento
mediante obras de
ura de caráter
ou de agente da
lo bem-estar social.
ndo que o
ruiu
ente, não é hora
i-lo, mas de
ação estatal a suas
e imensas

Por uma federação equânime

Sem lanças nem canhões, mas com a poderosa arma da razão, o Rio Grande do Sul está deflagrando uma nova Revolução Farroupilha para restabelecer a justiça federativa no país. Não se trata de uma luta separatista, mas sim de uma insurreição disciplinada, coerente e legal contra a desproporção da representatividade política dos Estados no Congresso Nacional, que vem gerando cruel desequilíbrio na distribuição de recursos para as regiões que ironicamente mais colaboram no crescimento econômico da nação. O Sul e o Sudeste são responsáveis pela geração de 77,4% do PIB nacional, abrigam 57,7% da população do país, mas têm uma representação parlamentar federal de 45,7%, enquanto as demais regiões somam 22,6% do PIB, possuem 42,3% da população e contam com uma representação no Parlamento de 54,3%. Traduzindo os percentuais para um exemplo concreto, um eleitor do Acre ou do Amapá vale, pelo voto do deputado ou senador que o representa, quarenta vezes um eleitor gaúcho.

Esta desigualdade se deve fundamentalmente a distorções na composição do Congresso Nacional: Norte, Nordeste e Centro-Oeste contam com 317 parlamentares (257 deputados e 60 senadores), enquanto as regiões Sul e Sudeste estão representadas por 267 parlamentares (246 deputados e 21 senadores). As bancadas da porção menos desenvolvida do território nacional, embora constituídas por políticos respeitáveis e responsáveis, consagram até por instinto de sobrevivência uma grave deformidade política, desconsiderando a densidade demográfica, o número de eleitores e a expressão econômica dos Estados



Fonte: Governo do Estado do Rio Grande do Sul

Rakorn/Arte 21

mais adiantados. A batalha pela equidade, portanto, não se restringe ao Rio Grande, que apenas ergue pioneiramente a bandeira do protesto. Também Santa Catarina, Paraná, São Paulo, Rio de Janeiro, Espírito Santo e Minas Gerais vêm sofrendo fortemente os efeitos deste desequilíbrio.

A origem do problema remonta ao ciclo de autoritarismo iniciado em 1964. Para garantir maiorias no Colégio Eleitoral que lhe dava respaldo, o governo militar não hesitou em deformar a arquitetura federativa. Com a transformação de territórios em Estados, mais senadores e deputados reforçaram a representação de regiões pouco habitadas e menos desenvolvidas, anomalia que a Carta de 1988 inexplicavelmente manteve. Se o espírito dos legisladores era garantir o desenvolvimento harmônico da nação, com a transferência de recursos das regiões mais ricas para as mais pobres, conforme o princípio do crescimento compartilhado, na prática isso não ocorreu. Parcelas significativas da produ-

ção econômica dos Estados do Sul e Sudeste foram transferidas, sem qualquer compensação, para as regiões menos favorecidas, mas o dinheiro invariavelmente perdeu-se pelo caminho, ficando nas mãos da oligarquia dirigente ou beneficiando apenas os currais eleitorais dos políticos com poder decisório para distribuí-lo. Por isso, o movimento liderado pelo governo rio-grandense também visa a preservar as populações pobres daquelas regiões.

Pretendem os revolucionários desta causa imparcial, sem disparar tiros, estimular secessões ou renunciar à brasilidade, defendê-la nos foros próprios que a Constituição assegura. Na próxima semana, o tema deverá ser discutido na Comissão Mista do Congresso que estuda os desequilíbrios inter-regionais brasileiros, cuja existência por si só comprova a gravidade do problema. Conforme a receptividade, a revolução pacífica vai ao Supremo Tribunal Federal em busca de alternativas legais para a construção de um Brasil mais justo.

**REDE BRASIL SUL DE COMUNICAÇÕES**
Fundador: Maurício Sirotsky Sobrinho

Presidente do Conselho de Administração
Jayme Sirotsky

Diretor-Presidente
Nelson Pacheco Sirotsky

ZERO HORA
ZERO HORA EDITORA JORNALÍSTICA S.A.
Diretor Executivo Christiano Nygaard
Diretor de Redação Augusto Nunes